

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	22

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

Risco de taxa de juros:

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 6.698 e R\$ 13.396 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de dezembro de 2013.

Risco de câmbio:

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Peso Argentino. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 uma redução no montante total de R\$ 3.373 e R\$ 6.746 no patrimônio líquido da Companhia. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 uma redução no montante de R\$ 9.402 e R\$ 18.804 no seu patrimônio líquido. A Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Dólar. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Dólar, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 uma redução no montante de R\$ 5.392 e R\$ 10.782 no seu patrimônio líquido.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do Dólar e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 1.170 e R\$ 2.342.

Contratos de “crosscurrency swap” (“plainvanilla”)

US\$/R\$: A Companhia contratou operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possuía posição passiva em dólar acrescida de taxa pré-fixada (variação do dólar + taxa de 2,24% a.a.) e posição ativa em percentual de 100% do CDI em reais. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos estava na variação cambial do Dólar.

Em 31 de julho de 2013, foi assinado aditivo ao contrato, que liberou os numerários dados em garantia ao empréstimo pela Valid S.A. que estavam alocados em 30 de junho de 2013 no grupo de aplicações financeiras – caixa restrito conforme Nota 8 e adicionalmente, os contratos de Swap cambial mencionado acima, foram liquidados e geraram na data de 5 de agosto de 2013 uma entrada de caixa na Valid S.A. no total R\$5.320, líquidos de imposto de renda.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2013 de acordo com o item 39 do CPC 40 (R1):

Controladora						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	31.000	-	-	-	-	31.000
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	-	4.222	270.057	-	274.279
Total	31.000	-	4.222	270.057	-	305.279

Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	65.649	-	-	-	-	65.649
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	115	18.813	393.164	-	412.092
Total	65.649	-	18.813	393.164	-	477.741

Os quadros abaixo demonstram análise do prazo de vencimento para os ativos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2013:

Controladora						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	90.048	-	-	-	90.048
Contas a receber de clientes	90.615	7.227	8.248	-	-	106.090
Total	90.615	97.275	8.248	-	-	196.138

Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Caixa e equivalentes de caixa	-	152.203	-	-	-	152.203
Contas a receber de clientes	191.259	22.319	19.990	-	-	233.568
Dividendos a receber	-	-	1.188	-	-	1.188
Total	191.259	174.522	21.178	-	-	386.959

Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras e à variação da TJLP no que diz respeito ao financiamento detido pela Certificadora.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI e o financiamento detido pela Certificadora é indexado pela TJLP.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,58%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 31 de dezembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	84.562	CDI	10,58%	7,94%	5,29%
Receita financeira bruta			8.947	6.714	4.473

Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	118.188	CDI	10,58%	7,94%	5,29%
Receita financeira bruta			12.504	9.384	6.252

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2013. Foram acrescidos os juros de 0,71% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,29% para a quarta emissão, sendo esta média relacionada ao cenário considerado como provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi 31 de dezembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 4ª emissão	254.222	CDI +0,71%	11,29%	14,11%	16,94%
Despesa financeira bruta			28.702	35.871	43.065

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Certificadora com o financiamento em 31 de dezembro de 2013. Foi considerada a taxa de 5% como TJLP projetada e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
----------	-------------------------	-------	---------------------	------------	-------------

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Financiamento – BNDES	21.556	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Despesa financeira bruta			1.078	1.347	1.617

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está sempre avaliando a eventual necessidade de contratar proteção para os riscos de crédito, taxa de juros e cambial.

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira.

Para maiores informações sobre o gerenciamento de risco da companhia, vide item 5.1..

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

Dirigimo-nos aos nossos acionistas e a todos os agentes do mercado para prestar contas e comentar os resultados do ano que passou. Um ano que iniciou com muitos desafios e bastante aquém da expectativa que tínhamos para o restante do período, mas que, com a competência e esforço conjunto de nossas equipes, conseguimos superar, fazer os ajustes necessários e preparar a companhia para as oportunidades que se apresentarão.

O primeiro semestre de 2013 foi um período bastante difícil, principalmente para Divisão de Meios de Pagamentos, devido à redução da oferta de crédito à pessoa física no mercado bancário, provocando a redução na emissão de cartões financeiros, especialmente aqueles com chip, o que nos fez partir para um processo de reestruturação no 2T13, resultando na demissão de funcionários e fechamento de uma de nossas plantas no Brasil, totalizando gastos não recorrentes de R\$ 9,6 milhões.

Durante o segundo semestre de 2013, tivemos uma melhora expressiva nos resultados de todas as unidades de negócios, atingindo um EBITDA consolidado de R\$ 130,0 milhões, 30% superior ao observado nos primeiros seis meses do ano e dentro da expectativa anunciada anteriormente pela companhia. Com o EBITDA de R\$ 65,3 milhões no 4T13, atingimos um resultado ajustado¹ em 2013 de R\$ 232,4 milhões (já considerando os gastos não recorrentes mencionados acima), 5% superior ao obtido em 2012.

O principal destaque de 2013 foi a Divisão de Sistemas de Identificação, que além de apresentar um incremento na Receita Líquida de 18,1% e no EBITDA de 16,1%, no final do ano venceu a licitação para a terceirização da emissão da carteira de identidade do Estado de São Paulo, abrindo a possibilidade de novas fontes de crescimento para a divisão ao longo dos próximos anos. Outra boa notícia nesta divisão foi a renovação do contrato para emissão de Carteiras de Habilitação no estado de São Paulo conforme esperado.

A Divisão de Telecom, apesar de incremento de 10,7% na Receita Líquida em 2013, teve seu EBITDA reduzido em 13,6% em comparação à 2012, em função de maior participação de vendas em outros países, que representou em 2013 44,9% da Receita Líquida, contra os 33,2% de 2012, entretanto com preço médio menor do que o observado no Brasil. No segundo semestre do ano observamos a retomada de crescimento da divisão, que apresentou EBITDA 55% maior do que o reportado nos primeiros seis meses do ano.

A Divisão de Certificação Digital atingiu em 2013 o volume de 138 mil certificados vendidos, representando um market share de 8% e atingindo um EBITDA anual positivo de R\$ 4,1 milhões. O serviço de certificação digital é parte essencial para o complemento de nosso portfólio de soluções aos nossos clientes, contribuindo para a diferenciação da companhia em relação aos seus principais concorrentes globais.

Embora no Brasil a Divisão de Meios de Pagamentos tenha apresentado resultados abaixo do esperado, esta divisão nos nos Estados Unidos fechou o ano com Receita Líquida de R\$ 246,6 milhões, o equivalente à US\$ 114,1 milhões, representando 21% da receita total da companhia. Ao longo do ano passamos por um processo de reestruturação de nossa operação americana, onde foram gastos R\$ 17,9 milhões com o fechamento de plantas e otimização de processos. Fechamos o ano com seis plantas e mais uma delas será fechada ao longo de 2014, o que nos permitirá capturar algumas sinergias e recuperar margens.

Continuamos direcionando nossos esforços no sentido de replicar nosso modelo de negócios para o mercado norte-americano e estamos avançando nos processos de homologação de nossas soluções junto à operadoras de telefonia e, no segmento de identificação, a aquisição da empresa Screenchek North America, LLC nos permitiu ampliar a oferta de serviços e, com isto participar de alguns processos de concorrência para emissão de carteira de habilitação em alguns estados americanos. Hoje a Valid USA já é reconhecida pelos departamentos de trânsito americanos como potencial fornecedora de soluções para este mercado.

Mantendo o compromisso com os acionistas de buscar uma estrutura de capital eficiente, sem comprometer os resultados futuros, pagamos em 2013 R\$ 64,7 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio, o equivalente à R\$ 1,16519 por ação, em valores brutos.

Agradecemos, mais uma vez, a confiança depositada em nosso time e reiteramos o nosso compromisso junto aos acionistas de continuarmos sempre trabalhando focados na criação de valor para a Companhia.

b) Estruturação de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

(i) hipóteses de resgate

A Companhia não considera a hipótese de resgates de suas ações.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradores de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são de curto prazo. A Companhia possui perfil conservador de investimento e não opera em mercado de risco e/ou de derivativos. Além disso, apresentamos sólidos indicadores de liquidez.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Historicamente, a Companhia tem financiado suas atividades com capital próprio, devido a sua forte geração de caixa e baixo nível de endividamento. Em 31 de dezembro de 2013, nossa dívida líquida era de R\$ 259,9 milhões.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Em função de a Companhia ser forte geradora de caixa, a Administração entende que não serão necessárias outras fontes de financiamento para capital de giro e que, de acordo com nossas projeções, não teremos problemas relativos à falta de liquidez. Entretanto, outras fontes de financiamento poderão ser demandadas, por exemplo, caso tenhamos projetos de aquisições de participação em outras empresas que venham agregar valor aos negócios da Companhia e aos nossos acionistas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento bruto da Valid em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 412,1 milhões, sendo esse montante dividido entre R\$ 18,9 milhões no curto prazo e R\$ 393,2 milhões no longo prazo. A dívida líquida ficou em R\$ 259,9 milhões.

O endividamento bruto da companhia é composto, principalmente, por:

4ª emissão de debêntures, realizada em abril de 2013, no valor de R\$ 250,0 milhões e prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, com pagamento semestral de juros e remuneração de CDI + 0,71% a.a.;

Empréstimo realizado pela subsidiária Valid US junto ao Deutsche Bank Londres, em outubro de 2012, no valor de USD 52,5 milhões (correspondente à R\$ 123,0 milhões), à taxa de USD + 2,64%, destinado à aquisição dos ativos da VMark. O empréstimo tem vencimento em 5 anos, com pagamentos de juros semestrais e amortização semestral a partir do ano de 2014.;

Financiamento realizado pela subsidiária Valid Certificadora, junto ao BNDES, em setembro de 2012, no valor de R\$ 21,5 milhões (crédito total aprovado de R\$ 29,9 milhões), à taxa de TJLP + 1,5% a.a.. O saldo devedor será quitado em 4 anos, com o pagamento de juros trimestrais e dois anos de carência para o início da amortização. Em janeiro de 2014 foram tomados mais R\$ 5,0 milhões, totalizando R\$ 26,5 milhões do limite aprovado;

O grupo arrendou alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação de serviços, no valor de aproximadamente R\$ 27 milhões, pelo prazo médio de 6 anos, com a opção de compra destes bens no final do contrato. A taxa de juros para todas as obrigações assumidas é de 10,85% a.a. Adicionalmente, foram realizados adiantamentos de parcelas no montante de R\$ 18,1 milhões, que serão descontados nas prestações de serviços futuras.

Os indicadores financeiros da Valid no ano de 2013 ainda ficaram abaixo dos covenants da Emissão (4ª Emissão: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x).

Debêntures	4ª emissão-30/04/2013
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 25/02/2013
Quantidade	25.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000
Valor total	R\$ 250.000.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	30 de abril de 2018
Remuneração	Taxa média DI + spread (de 0,71% a.a.)
Garantia	Sem garantia real
Amortização do principal	4 parcelas anuais a partir do 2º ano
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão
"Rating" da emissão pela Moody's	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira – NSR)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Descrição	Empréstimos	Financiamentos	Leasing a Pagar
Tomador	Valid USA	Valid Certificadora	Valid S.A.
Valor total	US\$ 52.500	R\$ 26.500	R\$ 27.416
Data de Vencimento	Nov/18	Setembro/18	Novembro/2018
Remuneração	2,64% a.a.	TJLP + 1,5%a.a	10,85% a.a.
Garantia	-	Fiança Bancária	Equipamentos
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Trimestrais (a partir de Out/14)	Mensais
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Trimestrais	Mensais

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não temos outras relações de longo prazo.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

O endividamento da Companhia é limitado pelo cumprimento, por parte da Emissora, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis, devido à Emissão de Debêntures, os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

1) Relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA:

4ª Emissão de debêntures: Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00; e EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75).

4ª Emissão.

$$\frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA}} \leq 2,0$$

2) Relação de Cobertura de Juros:

4ª Emissão

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesas Financeiras}} \geq 1,75$$

Para os fins do disposto acima, definem-se:

“Dívida Líquida” significa o saldo de dívidas bancárias de curto e longo prazo, incluindo a Dívida relativa às Debêntures, menos o numerário disponível (disponibilidades) em caixa. “EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido, relativo a um período de 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

“Despesas Financeiras” significam as despesas relativas a um período de 12 meses efetivamente contabilizadas, referente às Debêntures e dívidas bancárias.

Todos os valores utilizados para cálculos dos índices acima mencionados referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não se aplica.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

i) Caixa e Equivalentes de Caixa: a variação decorreu basicamente devido à captação de debêntures (R\$ 250 milhões), ao pagamento da amortização de debêntures relativa à 1ª e 2ª e 3ª emissão (R\$ 290,8 milhões) e à utilização não recorrente de recursos para os processos de reestruturação de plantas no Brasil (R\$ 9,6 milhões), EUA (R\$ 17,9 milhões) e pagamento de earn-out referente à aquisição da empresa M4U, no ano de 2010 (R\$ 19,5 milhões), despesas essas líquidas de seus respectivos efeitos fiscais.

ii) Contas a receber: aumento de R\$ 66,40 milhões em comparação com o ano de 2012 devido, basicamente, ao incremento do contas a receber da Valid US e atraso de alguns clientes da divisão de Telecom e governos estaduais;

iii) Estoques: a elevação dos estoques em R\$ 18,3 milhões no ano de 2013 foi contribuída pela incorporação do estoque da Valid USA;

iv) Depósitos judiciais: houve um aumento no valor de depósitos judiciais em R\$ 8,7 milhões, principalmente devido à um auto de infração no valor de R\$ 6,7 milhões, relativo à obtenção de suspensão de multa imposta pela Anatel no processo administrativo nº 53.508.009981/2004, por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido.;

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhões de Reais)

**BALANÇO PATRIMONIAL
(em R\$ milhões)**

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2012	Dez 2013	Dez 2012	DEZ 2013
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	30,7	90,0	115,8	152,2
Contas a receber de clientes	90,0	106,1	167,2	233,6
Provisão para perdas sobre crédito	(0,6)	(0,2)	(1,2)	(1,4)
Créditos com partes relacionadas	-	2,0	-	-
Impostos a recuperar	4,0	12,5	7,9	19,5
Estoques	72,2	74,7	99,8	118,1
Dividendos a receber	25,1	-	1,1	1,2
Outras contas a receber	14,1	17,6	21,6	23,0
Aplicações financeiras - caixa restrito	2,7	-	2,7	-
Despesas antecipadas	1,4	1,4	4,3	7,8
Total do ativo circulante	239,6	304,1	419,2	554,0
Realizável a Longo Prazo	138,8	67,0	144,9	62,7
Depósitos judiciais	16,3	24,5	19,8	28,5
Impostos a recuperar	5,1	5,1	5,2	5,2
Impostos de renda e contribuição social diferidos	3,8	6,5	14,7	26,5
Outras contas a receber	4,7	1,3	4,9	2,5
Crédito com partes relacionadas	8,6	29,6	-	-
Aplicações financeiras - caixa restrito	100,3	-	100,3	-
Investimentos	297,0	326,4	24,2	24,0
Imobilizado	200,0	198,8	335,6	337,0
Intangível	7,7	11,4	172,0	195,2
Total do ativo não circulante	643,5	603,6	676,7	619,0
Total do ativo	883,1	907,7	1.095,9	1.173,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ milhões)				
PASSIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2012	Dez 2013	Dez 2012	DEZ 2013
Passivo circulante				
Fornecedores	29,1	31,0	55,7	64,0
Débito com partes relacionadas	0,1	-	-	-
Empréstimos e financiamentos, debêntures e leasing a pagar	138,6	4,2	139,0	18,9
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	34,0	28,9	47,3	48,2
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	5,8	5,4	12,5	17,1
Parcelamento de débitos fiscais	-	-	0,5	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	10,6	-	10,6
Contas a pagar-aquisição de empresas	-	-	-	6,8
Outras contas a pagar	2,1	5,0	16,4	25,6
Operações com derivativos Swap	-	-	-	-
Total do passivo circulante	209,7	85,1	271,4	191,2
Passivo não circulante				
Fornecedores	-	-	0,2	1,6
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	151,7	270,1	263,8	393,2
Parcelamento de débitos fiscais	-	-	-	-
Provisões	8,5	9,0	12,6	12,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	29,8	26,7
Contas a pagar-aquisição de empresas	-	-	4,0	2,7
Outras contas a pagar	0,2	-	1,1	1,4
Operações com derivativos (swap)	0,6	-	0,6	-
Total do passivo não circulante	161,0	279,1	312,1	438,3
Patrimônio líquido				
Capital social	360,0	360,0	360,0	360,0
Ações em tesouraria	(4,3)	(3,0)	(4,3)	(3,0)
Reservas de capital	6,7	7,9	6,7	7,9
Reservas de lucros	130,6	157,6	130,6	157,6
Ajustes acumulados de conversão	1,0	13,0	1,0	13,0
Proposta de dividendos/juros sobre capital próprio adicionais	18,4	8,0	18,4	8,0
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	512,4	543,5	512,4	543,5
Total do passivo e patrimônio líquido	883,1	907,7	1.095,9	1.173,0

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

(R\$ MILHÕES)	4T12	4T13	Variação	2012	2013	Variação
RECEITA LÍQUIDA	224,2	316,6	41,1%	896,7	1.175,0	31,0%

No 4T13, a receita líquida total da Companhia atingiu R\$ 316,6 milhões contra R\$ 224,2 no 4T12, um aumento de 41,1%. Em 2013, a receita líquida foi de R\$ 1.175,0 milhões, 31,0% superior ao mesmo período em 2012, quando registramos R\$ 896,7 milhões, não só impulsionada pela aquisição da Valid USA, mas também com o crescimento orgânico da Receita Líquida nas divisões de Sistemas de Identificação, Telecom e Certificadora Digital.

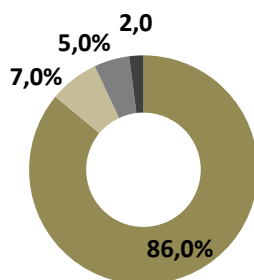
Vale destacar que pela primeira vez a Valid ultrapassa uma receita líquida superior a R\$ 1 bilhão no ano. A receita orgânica da companhia cresceu 5,3% em comparação ao ano de 2012, mesmo com a queda 37,2% na Receita Líquida da Divisão de Meios de Pagamentos no Brasil, que teve seu ano mais desafiador.

Todas as divisões tiveram crescimento expressivo em Receita Líquida no 4T13, com destaques para as divisões de Sistemas de Identificação e Telecom, cujo incremento orgânico foi de 25,1% e 42,8% respectivamente. No ano de 2013, observamos crescimento também orgânico de Receita Líquida de 18,1% na divisão de Sistemas de Identificação e 10,7% na divisão de Telecom.

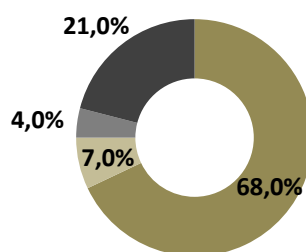
A Certificadora Digital também contribuiu para o crescimento da receita orgânica da companhia, passando a representar 3,4% da Receita Líquida no 4T13, contra 0,6% no mesmo período de 2012. Em 2013, a divisão contribuiu com 2,5% na Receita Líquida da companhia vs 0,7% do ano de 2012.

Com a aquisição da Valid USA, a Receita Líquida proveniente do exterior passou a ter maior relevância dentro da composição total, passando de 13,9% em 2012 para 32,2% em 2013. Em 2012, a receita líquida estava segregada da seguinte maneira: 86% Brasil, 2% EUA, 7% Espanha e 5% Argentina. Em 2013, a receita líquida estava segregada da seguinte maneira: 68% Brasil, 21% EUA, 7% Espanha e 4% Argentina.

Composição da Receita 2012



Composição da Receita 2013



■ Brasil ■ Espanha ■ Argentina ■ EUA

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Durante o ano de 2013, a companhia passou por processos de reestruturação no Brasil, que consumiram R\$ 9,6 milhões e, também, foi fortemente impactada em sua divisão de meios de pagamento, em função da retração de demanda por cartões dos bancos brasileiros.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos firmados entre a Companhia e os órgãos públicos Estaduais preveem reajustes de preços baseados nos índices de inflação IPC-A e IGP-M. As receitas do Grupo podem ser influenciadas pela variação cambial decorrentes da nossa presença nos EUA, Espanha e Argentina.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

As variações nas taxas de juros e câmbio influenciam diretamente o saldo a pagar da dívida consolidada da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional:

Não ocorreram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou em seus resultados devida à introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de agosto de 2013, aprovou a aquisição, através de sua subsidiária Valid USA, de 100% do capital social da sociedade limitada ScreenCheck North America, LLC ("ScreenCheck"), empresa com sede em Indiana, Estados Unidos. A ScreenCheck é fornecedora de soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o workflow de acordo com as regras do AAMVA e adaptável a diferentes projetos que envolvam a área de identificação. O preço de compra foi de US\$ 7.6 milhões (equivalente a R\$ 17.2 milhões na data da aquisição), tendo sido US\$ 4.7 milhões (equivalente a R\$ 10.6 milhões na data da aquisição) pagos a vista, somados a uma contraprestação contingente, calculada com base em uma estrutura de earn-out, cujo valor justo na data da aquisição é de US\$ 2.9 milhões (equivalente a R\$ 6.7 milhões na data da aquisição), classificado no passivo na rubrica "contas a pagar – aquisição de empresas", sendo o pagamento condicionado ao atingimento de metas pactuadas no contrato de aquisição. O valor da contraprestação contingente é indexado ao Dólar e, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 6.9 milhões.

A entrada neste mercado representa um investimento consistente em nossa estratégia de crescimento de longo prazo, replicando o modelo de negócios no Brasil, pois tudo indica que o mercado americano terá papel importante no desenvolvimento do nosso negócio nos próximos anos.

Com a aquisição da Screencheck, somos agora capacitados à participar das concorrências para o serviços de emissão de carteiras de habilitação nos EUA.

c) eventos ou operações não usuais:

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis:

Vide item b) abaixo.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

O Grupo não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - CPC 36 (R3)- Demonstrações Financeiras Consolidadas - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- IFRS 11 - CPC 19 (R2) - Acordos de Participação - substitui o IAS 31 e estabelece como um acordo de controle conjunto deve ser classificado nas demonstrações financeiras. De acordo com a norma, a estrutura de um negócio em conjunto não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio e, conseqüentemente, da respectiva contabilização. Os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional não será mais permitido. A Companhia deixou de consolidar proporcionalmente, a partir de 1º janeiro de 2013, as suas controladas em conjunto Incard. Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado mais abaixo. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas. Os períodos comparativos foram reapresentados, conforme demonstrados nos itens (i) a (iv) desta Nota.
- IFRS 12 - CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação, de acordo com a IFRS 12, são mais abrangentes do que as normas atuais. O impacto é uma maior divulgação de informações de suas controladas em conjunto, incluídas na Nota 11.
- IFRS 13 - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações e divulgações acerca do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração e exige divulgações. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- Modificações à IAS 1 - CPC 26(R1) - Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangentes - permitem apresentar o resultado e outros resultados abrangentes em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outros resultados abrangentes de forma que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. A Administração não identificou impactos relevantes decorrentes dessa nova norma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos, sendo as principais: a) eliminação do "método do corredor"; b) reconhecimento imediato no resultado dos custos de serviços passados; c) reconhecimento dos ganhos e prejuízos atuariais em outros resultados abrangentes, conforme ocorram; e d) substituição das despesas com juros e do retorno esperado sobre os ativos do plano por um valor de "juro líquido", apurado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- IAS 27 (revisada em 2011) - CPC 35 (R2) - Demonstrações Financeiras Separadas - refletem modificações da contabilização de participação não controladora e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- IAS 28 (revisada em 2011) - CPC 18 (R2) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" - As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de "impairment" de acordo com a IAS 36 - CPC 01 (R1); - "Impairment" de Ativos (ii) que qualquer perda por "impairment" a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) que as reversões de "impairment" são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Modificações à IFRS 7 - CPC 40 (R1) - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Introduzem novos requisitos de divulgação para ativos e passivos financeiros que são compensados no balanço patrimonial. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

A Companhia concluiu a mensuração dos efeitos da adoção para a aplicação do IFRS 11 e identificou impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista que os investimentos na empresa Incard não atendem à definição de joint operations e, portanto, a partir de 1º de janeiro de 2013, a contabilização pelo método de equivalência patrimonial passou a ser efetuada de acordo com a participação detida nas investidas, o que produziu impacto no processo de desreconhecimento da consolidação proporcional na posição financeira ou resultado das operações quando comparado com a consolidação proporcional da Companhia, aplicável até 31 de dezembro de 2012.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificação S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão divulgadas a seguir:

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas "Grupo"), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	2013	2012
Valid Participações Ltda. ("Valid Par")	100	100
CSB Transtex Chile S.A. ("Transtex Chile")	(i) 100	(i) 100
Interprint Ltda. ("Interprint")	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. ("Certificadora")	(iii) 100	-
Valid Soluciones Tecnológicas ("Valid Espanha") (iv)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. ("Valid Argentina")	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. ("Trust")	100	100
Valid USA, Inc. ("Valid USA")	(iii) 100	(iii) 100
Valid Secure Solutions, LLC ("Valid Solutions")	(iii) 100	(iii) 100
ScreenCheck North America, LLC ("ScreenCheck")	(iii) 100	
(i) Participação direta e indireta.		
(ii) Participação indireta através da Interprint		
(iii) Participação indireta através da Valid Espanha.		

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

A Companhia dispõe de controles internos com grau de eficiência suficiente para garantir a adequação e confiabilidade de suas demonstrações financeiras. Busca constantemente aperfeiçoar seus controles internos, através de revisões periódicas dos mapeamentos de processos e, consequentemente, efetuando as atualizações do seu ERP (*“Enterprise Resource Planning”*), sempre norteando as regras das legislações pertinentes.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:**

A Valid não realizou nenhuma oferta pública de distribuições de ações nos últimos três anos. A oferta inicial de ações da Companhia ocorreu em junho de 2006.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

A Valid não realizou nenhuma oferta pública de distribuições de ações nos últimos três anos. A oferta inicial de ações da Companhia ocorreu em junho de 2006.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

A Valid não realizou nenhuma oferta pública de distribuições de ações nos últimos três anos. A oferta inicial de ações da Companhia ocorreu em junho de 2006.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Valid não possui arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Valid não possui carteiras de recebíveis baixadas sob as quais mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Valid não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada

A Valid não possui contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Valid não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2011, 2012 e 2013.

b) natureza e o propósito da operação:

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2011, 2012 e 2013.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2011, 2012 e 2013.